

PSE

manifesto

eleições Europeias Junho de 2009

manifesto

índice

PSE manifesto

As pessoas Primeiro: Um novo Rumo para a Europa

Prefácio por Poul Nyrup Rasmussen

Introdução

Desafios

Propostas

01. Relançar a economia e evitar novas crises financeiras

Reformando os mercados financeiros em prol da economia real, emprego e crescimento
Uma estratégia europeia para crescimento e emprego inteligentes e verdes
Garantindo que trabalhadores e empresas beneficiam da transformação económica

02. Nova Europa Social – pensando mais nas pessoas

Garantindo um pacto mais justo para as pessoas
Protegendo os direitos dos cidadãos

**03. Transformar a Europa na força-líder global
face às alterações climáticas**

Liderando com êxito as negociações internacionais para
um acordo global sobre o clima
Liderando pelo exemplo – uma política de energia e clima
mais ambiciosa para a UE

04. Defender a igualdade homens/mulheres na Europa

Tornando a igualdade entre os sexos uma realidade para todos

05. Desenvolver uma política europeia eficaz de migração

Gerindo a migração eficazmente

**06. Reforçar a importância da Europa como parceiro para a paz, segurança
e desenvolvimento**

Promovendo a paz e a segurança
Promovendo a parceria
Erradicando a pobreza

Faça com que o seu voto conte na Europa em Junho de 2009

PSE manifesto

06

Caros Amigos,

“As pessoas primeiro: Um Novo Rumo para a Europa” é o nosso manifesto para os cidadãos da Europa nas eleições ao Parlamento Europeu, que se realizam de 4 a 7 de Junho de 2009. Este nosso manifesto foi aprovado unanimemente pelos 33 partidos socialistas, sociais-democratas, trabalhistas, e democratas progressistas que constituem o Partido Socialista Europeu. É o nosso programa comum para agir. Trata das verdadeiras preocupações das pessoas. Queremos dar resposta, através de propostas concretas de acção, ao amplo desejo de um novo rumo.

Temos ouvido as pessoas, desde sindicatos a organizações não-governamentais e fundações, de todos os cantos da Europa, graças à vasta consulta pública efectuada sobre as nossas prioridades. Estas são as nossas respostas àquilo que temos ouvido: O nosso manifesto – O manifesto dos cidadãos.

Agora mais do que nunca o que está em causa nas eleições europeias são escolhas políticas. A escolha da nossa visão de uma Europa progressista, que luta activamente por um melhor futuro para os nossos cidadãos, salvaguardando o emprego e o nível de vida face à recessão, enfrentando as alterações climáticas, promovendo a justiça social, a segurança e a equidade no mundo globalizado de hoje. Ou a escolha de uma Europa conservadora e retrógrada, onde o futuro dos nossos países e povos é deixado nas mãos do mercado e de forças que estão para além do controlo democrático .

Orgulhamo-nos de pedir aos cidadãos da Europa para que usem o seu voto de forma a fazer a diferença. Votem para que se pense primeiro nas pessoas. Votem para um novo rumo para a Europa.

Com amizade,
Poul Nyrup Rasmussen
Presidente PSE

07

PSE manifesto
elections2009.pes.org
As pessoas primeiro:
Um Novo Rumo para a Europa



s eleitores europeus deparam-se com uma escolha política fundamental nestas

eleições europeias. Numa época em que as pessoas na Europa enfrentam desafios sem precedentes – recessão económica e desemprego crescente resultantes da crise financeira global; altos custos dos alimentos e combustíveis; redução do poder de compra e um risco cada vez maior de pobreza; alterações climáticas; e ameaças de segurança, desde o terrorismo à criminalidade - a escolha faz-se entre partidos políticos que têm ideias muito diferentes para o futuro da União Europeia.

É uma escolha entre a nossa visão de uma Europa progressista na qual os cidadãos, Estados-Membros e instituições trabalham em conjunto para resolver os problemas que mais preocupam as pessoas na Europa; ou a visão de uma Europa conservadora em que o futuro dos nossos países e povos é deixado nas mãos do mercado.

O Partido Socialista Europeu está empenhado em criar uma sociedade mais justa e segura, enfrentando e respondendo aos desafios que se nos colocam, mas pensando sempre que primeiro estão as pessoas.

No mundo de hoje, cada vez mais interligado, nenhum país pode resolver os problemas globais agindo sozinho. A crise financeira e a subsequente recessão económica são a demonstração pura e dura de que o que ocorre numa determinada parte do mundo pode ter um impacto devastador mesmo ao pé da nossa porta. Uma acção europeia concertada é vital para lidar com a crise financeira. Os opositores reaccionários à União Europeia teriam deixado os nossos países mais débeis, ao lutar sem parceiros nem instituições nem resposta coordenada contra uma crise que é global.

A União Europeia é para nós o elo vital na era da globalização. A UE possibilita que os nossos países tenham uma posição mais forte para resolver os problemas globais com impacto local. Precisamos de uma cooperação mais activa na Europa para enfrentar os desafios

10

que nos são comuns e melhorar a vida das pessoas. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, subsumido a ratificação de todos os Estados-Membros da UE, dotará a Europa de maior capacidade para enfrentar os desafios comuns, de forma democrática, transparente e efectiva.

30 anos se passaram desde as primeiras eleições directas ao Parlamento Europeu. Parlamento Europeu que é uma peça-chave na concretização da nossa visão de uma União Europeia onde quem vem primeiro são as pessoas. O Partido Socialista Europeu é a sua voz, promove os seus interesses e defende as suas causas. Nós estamos empenhados em:

- 01. Relançar a economia e evitar novas crises financeiras**
- 02. Nova Europa Social – pensando mais nas pessoas**
- 03. Transformar a Europa na força líder global face às alterações climáticas**
- 04. Defender a igualdade entre os sexos na Europa**
- 05. Desenvolver uma política europeia eficaz de migração**
- 06. Reforçar a importância da Europa como parceiro para a paz, segurança e desenvolvimento**

Os partidos progressistas da esquerda e centro-esquerda que estão no governo, seja a nível regional ou nacional, já estão a fazer a diferença. As pessoas sentem isso. Nos locais onde a esquerda está no poder há provas concretas do quanto socialistas e

sociais-democratas podem alcançar.

Durante os últimos cinco anos os conservadores têm detido maiorias na Europa - na maior parte dos Estados-Membros da UE e nas instituições da UE. O que fizeram com essa maioria? Enfrentaram eles a crise financeira global? Intervieram na alta dos preços dos alimentos e da energia? Lutaram eles contra a pobreza e a desigualdade? Está a sociedade mais justa hoje do que estava há cinco anos? Apoiaram eles as nossas iniciativas em prol de mais e melhores empregos? **Eles seguem o mercado. Nós seguimos as nossas convicções.**

manifesto

11

Os conservadores falam frequentemente das crises sociais e económicas como se fosse algo de inevitável, uma lei da natureza. Mas não tem que ser assim. Isso tem que ver com escolhas políticas. Não obstante vivermos tempos de mudança global e de risco, também vivemos tempos de enormes oportunidades. Temos de promover uma melhor cooperação na Europa para gerir a globalização em benefício de todos. **Eles dizem adaptar ao mercado. Nós dizemos moldar o nosso futuro.**

Precisamos, todos nós, de uma forte maioria progressista na Europa para levar a cabo as reformas progressistas que são essenciais para acautelar o bem-estar futuro dos cidadãos da Europa e da sociedade no seu todo. Estas reformas são vitais para aliviar a pressão que recai sobre as pessoas que em toda a UE lutam diariamente, devido à recessão económica, para esticar o salário até ao fim-do-mês; para aliviar o aumento do custo de vida; o aumento do desemprego, com quase 17 milhões de pessoas na Europa já sem trabalho e muitas mais em empregos precários, que são das primeiras a serem atingidas pelo abrandamento do crescimento; o risco omnipresente da penhora da habitação; as desigualdades sociais, com cerca de 78 milhões de pessoas – muitas delas crianças - a viver abaixo do limiar da pobreza ou em risco de pobreza. A crise financeira global tem exposto as fraquezas do mercado não-regulamentado. Vivemos tempos muito difíceis na economia global. O ano passado assistiu a dois choques sem precedentes - a pior crise de retracção do crédito desde a década de 1930 e um aumento recorde nos preços da energia e alimentos. Nós precisamos de cooperação activa na Europa e globalmente, para que a acção seja coordenada e para que se deite mão aos problemas nos sistemas financeiros nacionais e internacionais; necessitamos de agir activamente para transformar a economia – através de investimentos nas prioridades – para assegurar um futuro próspero e sustentável para todos na Europa.

Os conservadores levaram a cabo uma política de cega confiança no mercado – servindo os interesses de uns poucos, em vez do interesse público geral – e agora vemos os danos que os mercados mal regulamentados podem causar. Mas nós sabemos que podemos tratar disto. Podemos relançar a economia da Europa e criar uma sociedade mais justa e segura para todos, numa Nova Europa Social.

12

elections2009.pes.org

13

A nossa abrangente agenda de reformas progressistas para transformar a cooperação europeia - baseada nos nossos valores de igualdade, democracia, dignidade humana, solidariedade, liberdade e justiça – pode trazer a mudança que as pessoas na Europa tão desesperadamente precisam.

Nós, partidos socialistas, sociais-democratas e democratas progressistas partilhamos valores comuns e uma visão comum. Trabalharemos juntos em prol de uma Europa mais justa, mais segura e mais verde. Juntos somos uma força para a mudança.

Nós podemos construir uma sociedade mais justa
pensando nas pessoas primeiro.
Levemos a Europa para um novo rumo
em Junho de 2009.

PSE manifesto

manifesto

Desafios

E

uropa é uma das regiões mais ricas do mundo. Há quem diga que

já não nos podemos dar ao luxo de termos elevados padrões sociais, mas a Europa é o maior mercado comum económico e laboral do mundo, e nós temos a capacidade para garantir que ele sirva as pessoas, os trabalhadores e as empresas.

Todos os cidadãos da Europa deveriam ter um trabalho digno, de qualidade, que lhes permitisse usufruir de uma vida digna. Temos de agir para habilitar as empresas a crescerem e a investirem em mais e melhores empregos, e em nova tecnologia. Ao contrário dos conservadores, nós rejeitamos a noção de que empregos e sindicatos são factores de custo que podem ser negligenciados e tanto quanto possível arrasados. É precisamente o contrário: eles são vitais para o nosso êxito económico, uma vez que contribuem para motivar os trabalhadores, melhorando a qualidade dos empregos, promovendo harmonia social e impulsionando a participação da força laboral na tomada de decisão das empresas.

Os conservadores alegam que a globalização implica necessariamente que as pessoas trabalhem mais tempo e mais penosamente. Mas nós progressistas sabemos que não é a globalização que traz consigo essa fatalidade – apenas as más políticas, isso sim. O busílis está em trabalhar de forma mais inteligente e não penosamente.

manifesto

16

A crise financeira global e a recessão económica têm atingido as pessoas em cheio. A crise financeira tem demonstrado que os mercados globais não-regulamentados podem ter um impacto directo nas vidas das pessoas: maiores desigualdades entre executivos excessivamente bem pagos e trabalhadores mal pagos, e crescentes riscos de que os cidadãos percam os seus empregos ou as suas habitações. Temos de agir para ajudar aqueles que mais foram atingidos a de novo se porem de pé. E temos de evitar novas crises financeiras, regulamentando melhor todos os operadores financeiros. Esta crise marca o fim de uma era conservadora de mercados mal regulamentados. Os conservadores acreditam numa sociedade de mercado, e em deixar que os ricos se tornem mais ricos em detrimento das outras pessoas. Nós acreditamos numa economia de mercado social que possibilite a todos na sociedade tirar o máximo proveito das oportunidades que a globalização oferece. Acreditamos na solidariedade entre-gerações, não no individualismo da direita.

As alterações climáticas são a maior ameaça de longa duração que o mundo enfrenta.

É um problema global que requer uma solução global. Os conservadores falam sobre as alterações climáticas, mas nós estamos convictos de que há que fazer mais do que apenas falar. Nós queremos uma acção concreta e realista para proteger o ambiente e para transformar a nossa economia, por via de um novo crescimento inteligente e verde, com os empregos correspondentes.

A energia é agora uma questão de segurança fundamental para a Europa. Já importamos 50% da nossa energia, o que pode ascender até 70% por volta de 2030. Temos de trabalhar em conjunto na Europa para aumentar a nossa independência energética, desenvolvendo, na Europa, fontes de energia que respeitem o ambiente. Os conservadores acreditam que as coisas devem continuar na mesma, deixando tudo para que o mercado resolva. Alguns conservadores até negam a existência das alterações climáticas, ignorando assim esmagadoras provas científicas, e agindo de forma irresponsável face à gravidade da ameaça, para o nosso planeta e povos. Nós estamos empenhados em transformar a Europa na força líder global contra as alterações climáticas.

A UE está a envidar esforços no sentido de gerir a migração, mas precisamos de fazer mais

e melhor. A imigração tem-nos trazido inegáveis benefícios, contribuindo para a riqueza e prosperidade. Para podermos continuar a usufruir dos benefícios de uma sociedade mais produtiva, próspera e diversa é preciso diligenciar para se erradicar a imigração ilegal nas nossas fronteiras e o tráfico de seres humanos.

17

Os migrante legais têm de usufruir dos mesmos direitos e deveres do que os outros trabalhadores. O asilo é um direito humano fundamental para aqueles que fogem da perseguição, razão pela qual garantiremos que haja um sistema firme e justo, que proteja o vulnerável e o explorado, para que ele não seja vítima de abusos. As alterações climáticas provocarão também novas migrações provenientes das regiões mais pobres que serão afectadas. Temos de tratar disso. Temos de permitir, igualmente, que os imigrantes se integrem para o seu próprio bem e para benefício das comunidades onde vivem.

Os conservadores têm jogado com o factor medo. Nós queremos respostas humanas aos desafios da migração legal e ilegal.

As ameaças à democracia e aos direitos dos cidadãos não desapareceram. Terrorismo, criminalidade e extremismo atravessam as fronteiras europeias. Temos de acelerar a acção europeia para evitar que estas evoluções ameacem as vidas e liberdades dos cidadãos no interior das nossas fronteiras, sem comprometer liberdades fundamentais como a liberdade de expressão ou a protecção dos dados pessoais. A UE tem também de agir no exterior das suas fronteiras para promover paz e desenvolvimento. Assim aumentaremos a nossa segurança, ao mesmo tempo que beneficiaremos as pessoas nos países mais pobres. Os Estados-Membros, ao agir em conjunto na UE, fortalecerão a sua voz e influência na cena mundial. **Os conservadores falam destes princípios da democracia, dos direitos dos cidadãos, da segurança e do desenvolvimento. Nós envidaremos todos os nossos esforços para torná-los realidade.**

Ao trabalharmos juntos na Europa somos mais fortes, porque:

- partilhamos a maior economia do mundo – e podemos por isso criar mais e melhores empregos e reduzir a pobreza, ao operar comercialmente uns com os outros com base em padrões comuns;
- os desafios ambientais não param à porta das fronteiras nacionais, e por isso nós só podemos lutar contra as alterações climáticas e seus efeitos, se trabalharmos juntos abraçando os mesmos objectivos;
- podemos promover solidariedade e coesão - pedras angulares do projecto europeu - das quais todos nós beneficiamos. A livre circulação do trabalho deveria oferecer a todos os trabalhadores mais liberdades e mais oportunidades, beneficiando as economias dos países

manifesto

18

onde esses trabalhadores se encontram, e evitando ao mesmo tempo as fuga de cérebros das regiões menos prósperas. Mas nunca deveria dar azo a normas sociais reduzidas nem a cortes salariais pensados para dar vantagem competitiva a determinado Estado-Membro em relação a outros, à custa dos trabalhadores;

- as nossas forças policiais e autoridades judiciais podem cooperar na luta contra a criminalidade e o terrorismo.

Nós queremos uma Europa forte e progressista. O nosso manifesto das pessoas para uma Europa progressista explana as políticas que precisamos para ter essa Europa e para converter os desafios em progressos para todos.

Nós podemos construir uma sociedade mais justa pensando nas pessoas primeiro. Levemos a Europa para um novo rumo em Junho de 2009.

manifesto

21

01.

Relançar a economia e evitar novas crises financeiras

manifesto

A

crise financeira e económica global está a bater forte nas nossas economias

e no cidadão comum em toda a Europa. Os salários reais e o poder de compra das pessoas estão a ser escavacados. Não seremos mirões passivos perante tais ocorrências.

O euro tem desempenhado uma função muito efectiva na protecção das economias europeias, no contexto da crise global financeira. Mas mais tem de ser feito agora para simultaneamente reformar os mercados financeiros, neutralizar a recessão e relançar a economia para criar novo crescimento e emprego.

A ameaça das alterações climáticas catastróficas está também a crescer: se não agirmos agora, o planeta sofrerá ainda mais e as nossas vidas serão directamente atingidas. Estamos convencidos de que lutar contra as alterações climáticas pode transformar a economia europeia e criar

22

um novo crescimento inteligente e verde, empregos e prosperidade para todos na Europa. Nós acreditamos firmemente nos princípios do desenvolvimento sustentável, baseado em políticas ambientais, sociais e económicas que se reforçam mutuamente.

A UE é o maior mercado económico e laboral do mundo. Ao trabalharmos em conjunto estaremos numa posição mais forte para relançar a economia, através do nosso plano para crescimento e empregos inteligentes e verdes. Sindicatos e empregadores são um factor importante na concretização deste crescimento inteligente e verde, em toda a Europa.

As pessoas têm de ser ajudadas no decorrer desta transformação das nossas economias. É imperativo que os nossos cidadãos – de todas as idades – tenham a oportunidade de desenvolver as suas capacidades, de encontrar novos e melhores empregos; bem como de serem capazes de ir trabalhar e estudar para o estrangeiro. Nós consideramos que se devem pôr em marcha acções aos níveis local, regional, nacional e europeu no sentido de se apoiar as pessoas durante a transição, abrindo novas e melhores janelas de oportunidades.

O orçamento europeu deveria concentrar-se no crescimento inteligente, verde, e nas respostas aos futuros desafios. E porque se trata de um orçamento de solidariedade deveria servir para melhorar o nível de vida, fomentar a coesão social e o crescimento em toda a Europa, bem como apoiar a convergência das regiões menos desenvolvidas da UE, sobretudo nos novos Estados-Membros.

Reformando os mercados financeiros em prol da economia real, empregos e crescimento:

O turbilhão nos mercados financeiros revelou a verdadeira importância da cooperação europeia para se evitar o colapso do sistema bancário e estabilizar os mercados. A acção coordenada na UE tem ajudado a proteger as poupanças das pessoas, as suas reformas e habitações. Mas a crise financeira tem revelado falhas profundamente enraizadas no sistema de mercado que precisam de ser saneadas para evitarmos que tais crises voltem a acontecer. Todos os operadores financeiros devem

ter responsabilidades claras quando operam nos nossos países.

23

Nós asseguraremos que no futuro os mercados financeiros sirvam a economia real, empregos e crescimento:

1. Propomos reformar os mercados financeiros, aproveitando as negociações já havidas na UE e a nível global. A regulamentação deve abarcar todos os operadores financeiros. Precisamos de um novo padrão para a transparência e para a divulgação. Deve haver rigorosos requisitos de capital para todos os operadores financeiros, bem como limites ao crédito excessivo e aos maus empréstimos, para se evitar riscos excessivos e dívida. É também necessário haver limites para as remunerações e bónus dos executivos de topo, que reflectam tanto as perdas como os lucros. São necessárias novas regras para se evitar os conflitos de interesse. Temos de garantir que os trabalhadores tenham plenos direitos de informação e consulta durante todas as aquisições, e que os empregados que pagam para fundos de pensão saibam onde e como está a ser investido o seu dinheiro. O sistema europeu de supervisão tem igualmente de ser aperfeiçoado. As instituições financeiras têm de declarar todos os riscos nos seus balanços. A danosa short-selling agravou a crise e deveria ser restringida pelas autoridades reguladoras. Os fundos hedge e os de private equity têm de ser controlados e regulamentados de forma mais eficiente. As questões-chave são o dever de divulgação das estruturas reguladoras e dos activos, os requisitos mais estritos de informação a prestar aos investidores acerca dos riscos, a limitação do excesso de financiamento de dívida e as restrições em investimentos.

2. Propomos pôr termo aos paraísos fiscais, às engenharias fraudulentas para contornar os impostos, e à evasão fiscal; propomos acelerar a luta contra o branqueamento de capital na União Europeia e globalmente, por forma a que todos os membros do mercado paguem a sua quota-parte de impostos aos países onde operam.

3. Propomos trabalhar com todos os nossos parceiros globais para reformar a arquitectura financeira global, com vista a evitarmos a recorrência de uma crise financeira e para submeter o poder das instituições financeiras ao escrutínio democrático.

manifesto

24

Uma estratégia europeia para crescimento e empregos inteligentes e verdes:

Nós propomos uma estratégia europeia para um crescimento inteligente e verde, com os empregos correspondentes, o que irá criar 10 milhões de novos postos de trabalho até 2020 – com dois milhões só no sector das energias renováveis – ajudando a tornar a Europa no líder mundial em inovação, novas tecnologias e produtos verdes. Tudo isto assentaria na existente Estratégia de Lisboa da UE, que pretende fazer da Europa a economia mais dinâmica e competitiva do mundo, baseada no conhecimento e no crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos,

e maior coesão social. Na UE todos os níveis de governo podem trabalhar em conjunto para estimular o crescimento inteligente e verde, através nomeadamente de reformas estruturais e de políticas fiscais. Os projectos de investimento financiados pela UE seriam rapidamente realizados para ajudar a alcançar estes objectivos. As propostas que se seguem são elementos nucleares da nossa estratégia:

4. Transformar o transporte na Europa para ser o mais eficiente, barato e 'limpo' para as pessoas e empresas. Isto inclui a criação de uma rede ferroviária de alta velocidade, mais competitiva e acessível, entre as grandes cidades e regiões europeias, com atenção particular à facilitação da interoperabilidade. Inclui também a criação de um espaço aéreo integrado para encurtar a duração dos voos, permitindo que as aeronaves sigam rotas mais directas. Inclui tornar o transporte marítimo e fluvial mais limpo, eficiente e seguro, para tripulações e passageiros. Inclui ainda transformar os nossos sistemas de transporte urbano. Os nossos presidentes de câmaras estão a liderar este processo com o seu Manifesto da Mobilidade Urbana 2008: novos esquemas para poupar tempo e custos, e diminuir a poluição. Nós propomos uma cooperação europeia para trocar estas melhores práticas e para fomentar uma mobilidade urbana sustentável em toda a Europa, e continuaremos a trabalhar para melhorar a segurança em todos os tipos de transporte.

5. Propomos uma iniciativa europeia para expandir a infra-estrutura energética e de banda larga para fins de modernização económica. Os parques eólicos marítimos, por exemplo, requerem novas redes transfronteiriças. O desenvolvimento das áreas rurais depende da

manifesto

25

existência de acesso à banda larga em cada canto da Europa. São necessários investimentos multimilionários por toda a Europa para desenvolver as redes. O Banco Europeu de Investimento já está envolvido no financiamento de infra-estruturas energéticas e de telecomunicação e poderia incrementar as suas diligências. Deve-se considerar igualmente um maior uso dos Fundos Estruturais Europeus.

6. A eficiência energética é uma das melhores formas para reduzir as contas de electricidade e criar novos empregos, por exemplo, no sector do isolamento das habitações. Nós propomos uma cooperação activa entre a UE, governos, poder regional e local para ajudar as pessoas a reduzirem o seu consumo de energia, a financiarem benfeitorias de desempenho energético nas suas habitações, obviando assim os preços em alta dos combustíveis. Esta cooperação visaria igualmente garantir que as empresas de energia praticassem políticas tarifárias e de serviços ao cliente justas e responsáveis.

7. Aumentar significativamente o investimento na investigação, desenvolvimento e inovação serão essenciais para o novo crescimento inteligente e verde, e para a nossa prosperidade a longo prazo. Os EUA dispendem actualmente 1,5 vezes mais do que o conjunto da UE. A Europa tem de ir no seu encalço e tomar a dianteira.

8. Propomos um Pacto Europeu para o Futuro do Emprego. Todos os programas europeus devem ser analisados para ver como é que se pode salvaguardar e melhorar a empregabilidade e as oportunidades de emprego. Os projectos de investimento financiados pela UE deveriam ser rapidamente realizados. Deveria tirar-se partido

das possibilidades oferecidas pelo Fundo Social Europeu para a integração dos desempregados no mercado laboral e para a formação profissional. Numa economia global, os investimentos na educação são fundamentais para o crescimento e para se criar empregos de mais qualidade, de melhor remuneração. Propomos o financiamento, dentro do actual orçamento da UE, de um Programa de Competências para dar formação aos trabalhadores em toda a Europa, entre outras, nas profissões ‘verdes’ do futuro, como é o caso do sector das energias renováveis.

manifesto

26

Trabalharemos igualmente no sentido de um pleno e equitativo acesso à formação ao longo de toda a vida, com particular atenção para a educação e formação de ‘segunda-chance’ para aqueles que não terminaram a sua educação formal. Isto pode ser suportado por políticas europeias, nacionais e regionais. Nós propomos alargar o financiamento, dentro do actual orçamento europeu, para que os intercâmbios de educação e formação incluam, por exemplo, aprendizes e seniores, na senda do êxito do programa ERASMUS, dando a hipótese a tantos jovens quanto possível, de estudar no estrangeiro. A mobilidade deve ser a regra e não a excepção. Todos os jovens europeus devem ter a oportunidade de desfrutar dela.

9. O Mercado Interno da UE deve ser concluído – e reduzida a burocracia que as empresas enfrentam – para se gerar mais comércio europeu e empregos, baseados em elevadas normas ambientais e sociais. As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são a coluna vertebral da economia europeia e o maior empregador. Devemos simplificar o quadro legal para as PME através do Estatuto das Empresas Privadas Europeias, e facilitar-lhes o acesso ao Mercado Interno e aos recursos financeiros e de inovação. O capital de base e os volumes de crédito do Banco Europeu de Investimento e do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento devem ser aumentados e a concessão de empréstimos às PME deve ser simplificada.

10. O Banco Central Europeu tem de fomentar o crescimento e emprego, ao mesmo tempo que mantém a estabilidade dos preços.

Garantindo que trabalhadores e empresas beneficiam da transformação económica:

11. Propomos apoiar as empresas a anteciparem as mudanças causadas pelas alterações climáticas e tecnológicas – salvaguardando assim os empregos existentes e criando novos – e ao mesmo tempo

manifesto

27

ajudar também à requalificação profissional dos trabalhadores em caso de perda dos seus postos de trabalho devido a estas alterações. Tal pode ser feito através, nomeadamente, do Fundo da UE de Ajustamento à Globalização. Iremos igualmente promover o diálogo com os empregadores na Europa para assegurar que eles assumam as suas responsabilidades antecipando a mudança e requalificando as suas forças laborais.

12. Apoiaremos a criação de empregos ao garantir que as empresas tenham acesso a crédito para investirem e crescerem, graças por exemplo, ao Banco Europeu de Investimento. Apoiaremos igualmente o desenvolvimento da economia social na Europa, que emprega actualmente mais de 5 milhões de pessoas (em cooperativas, por exemplo) ao introduzir um Estatuto Europeu para as Associações, Sociedades Mutualistas e Fundações.

Uma nova agenda europeia de reformas progressistas é essencial para ampliar as oportunidades da globalização a todos os cidadãos e marcar pela positiva a vida das pessoas.

**Nós podemos construir uma sociedade mais justa pensando nas pessoas primeiro.
Levemos a Europa para um novo rumo em Junho de 2009.**

manifesto

28

02

Nova Europa Social - pensando mais nas pessoas

Independentemente de quem se é ou onde se nasceu, as pessoas na Europa partilham os mesmos valores acerca do tipo de

sociedade em que desejam viver: uma Europa mais segura, com elevados padrões de vida, emprego digno e estável, e um ambiente limpo e seguro.

As existentes desigualdades e os recentes desafios globais estão a fazer subir o nível de pressão da “caldeira” dos cidadãos, e estão a criar um risco permanente de fracturas sociais dentro das nossas sociedades : entre crianças de famílias pobres e de famílias abastadas; entre aqueles que têm empregos estáveis e bem pagos e aqueles que têm empregos precários, de má qualidade; entre os pouco e os altamente qualificados; entre aqueles que têm acesso à internet e os que não têm; entre imigrantes e europeus aqui nascidos; entre homens e mulheres.

29

Podemos deitar mão a estas desigualdades fazendo convergir a cooperação europeia para melhorar a vida das pessoas na Europa. Temos de promover melhores políticas para proteger os mais vulneráveis durante e após a recessão económica. Queremos construir uma Nova Europa Social juntamente com os parceiros sociais, trabalhando estreitamente com os sindicatos que conosco partilham o princípio de dar prioridade às pessoas.

Acreditamos que a democracia e os direitos dos cidadãos na União Europeia são cruciais para asseverar que as pessoas sejam tratadas com mais consideração. A cidadania deveria ser inclusiva, deveria basear-se em direitos e em deveres, como porção de um futuro partilhado no nosso continente. Queremos que todos aqueles que vivem e trabalham na Europa participem na tomada de decisões acerca do seu futuro. Acreditamos em dar autonomia às novas gerações e em fazermos o que pudermos para encorajar o seu envolvimento na política e na sociedade. Prestamos especial atenção às opiniões dos jovens europeus, em questões importantes como construir uma Nova Europa Social, melhorar o diálogo inter-cultural, as alterações climáticas, o papel da Europa no mundo e a globalização. Acreditamos na consulta e na participação activa e democrática, como temos demonstrado ao ouvirmos o público acerca das prioridades para este manifesto.

A UE assenta nos valores dos direitos humanos, na não-discriminação e no respeito por todos. Encaramos a diversidade nas suas múltiplas facetas – cultural, linguística e religiosa – como sendo um dos maiores bens da Europa.

A economia europeia também trouxe muitos benefícios para o consumidor. Continuaremos a defender os direitos dos consumidores na Europa, na esteira do êxito que obtivemos na segurança alimentar e dos brinquedos, na redução dos preços das viagens e das chamadas de telemóveis. Ao melhorar a protecção dos direitos dos consumidores, podemos ajudar a construir uma Europa mais segura e mais justa para os nossos cidadãos.

Garantindo um pacto mais justo para as pessoas:

13. Propomo-nos diligenciar a consecução de um acordo para um Pacto de Progresso Social Europeu, contendo objectivos e padrões para a política nacional social, de saúde e educação, que contribua para lutar contra a pobreza e as desigualdades, bem como para o desenvolvimento

30

económico e social da UE. Para garantir uma vida digna, pedimos prestações sociais alicerçadas nas necessidades, para todos aqueles que estão reformados, desempregados, ou incapazes de trabalhar em todos os países europeus.

14. Propomos a inscrição de uma cláusula de progresso social

em cada acto legislativo europeu, e a consideração das avaliações de impacto social e ambiental aquando do desenvolvimento da legislação europeia. O processo de liberalização tem de ser examinado. Nós propomos que a UE realize uma auditoria social das suas políticas ambientais e energéticas, para desenvolver medidas que impeçam que estas políticas fustiguem os mais pobres.

15. Propomos estabelecer um quadro europeu para serviços públicos, garantindo o acesso universal e equitativo para os cidadãos; a qualidade; a autonomia local e a transparência nos serviços públicos; mantendo a sua integridade tal como definida a nível nacional, para que a concorrência europeia e as regras das empresas não atropелеm os direitos dos cidadãos. Os critérios sociais e ambientais para a atribuição de contratos públicos europeus devem ser expandidos e reforçados.

16. Propomos um pacto europeu sobre salários, garantindo “salário igual para trabalho igual” e dispondo a necessidade de salários mínimos dignos em todos os Estados-Membros da UE, acordados ou por lei ou através das convenções colectivas de trabalho, e de aplicação tanto a cidadãos como a trabalhadores migrantes. Os direitos sociais incluem o direito a igualdade de condições para os trabalhadores.

17. Trataremos dos problemas da fuga de cérebros, originados pela migração de profissionais altamente qualificados e trabalhadores especializados, dentro da Europa e de países terceiros para a Europa.

18. Agiremos em todos os Estados-Membros para promover políticas fiscais justas, o que acautelará o financiamento dos sistemas de segurança social da Europa.

manifesto

31

19. Agiremos para evitar a exploração dos trabalhadores e reforçar os seus direitos à negociação colectiva. Os recentes acórdãos do Tribunal Europeu criaram incerteza acerca dos direitos dos trabalhadores e das convenções colectivas. Em conjunto com os parceiros sociais, examinaremos o impacto dos acórdãos Viking, Laval e outros para assegurar que os direitos não sejam corroídos. É essencial uma revisão da Directiva do Destacamento de Trabalhadores. Para fomentar a negociação colectiva a nível europeu, queremos desenvolver um quadro europeu para as negociações e convenções colectivas. Trabalharemos, além disso, no sentido de promovermos o tempo de trabalho que seja correcto, que respeite as normas de saúde e segurança, e que permita a conciliação entre vida profissional e privada.

20. Propomos reforçar os direitos dos trabalhadores à informação e consulta. A participação dos assalariados a nível europeu e global é uma questão-chave para o futuro - um elemento vital para uma Europa mais social e um pré-requisito para trabalho digno. Procuraremos aumentar a participação nos processos de tomada de decisão económica a nível europeu. Para tal, os direitos dos trabalhadores à informação e consulta devem estar ancorados nas directivas de direito das empresas, usando o modelo do Estatuto da Sociedade Europeia. Os direitos dos Conselhos Europeus de Empresa devem ser ampliados. Queremos igualmente encorajar um maior diálogo social entre sindicatos e empregadores a nível europeu e alargá-lo a outros sectores.

21. Propomos desenvolver uma estratégia UE no que toca ao

direitos das crianças, para ajudar a erradicar a pobreza infantil e garantir o acesso à educação, incluindo a educação pré-escolar.

22. Propomos instituir uma Carta Europeia de Estágios, para conceder melhores direitos aos jovens que procuram experiência de trabalho, e para garantir que beneficiem de um bom começo nas suas vidas profissionais.

32

23. Propomos reforçar os direitos individuais e colectivos dos consumidores, acautelando o seu devido respeito na União Europeia.

24. Propomos alinhar metas UE para os cuidados aos idosos, moldados naqueles que já existem para a infância, à luz do envelhecimento demográfico da nossa população e da necessidade de se atingirem os objectivos do pleno emprego e da igualdade de género.

Protegendo os direitos dos cidadãos:

25. Garantiremos que democracia, transparência e prestação de contas sejam pedras angulares de todas as reformas das instituições europeias. Por exemplo, nós propomos reforçar a transparência obrigando todos os lobistas e agências de lóbi a terem de se registar, e registar os seus clientes, e as suas actividades, incluindo todos os contactos com os representantes eleitos, funcionários públicos e outros funcionários.

26. Comprometemo-nos a garantir que a legislação da UE respeite os direitos dos cidadãos tal como está consagrado na Convenção Europeia dos Direitos do Homem e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Fortaleceremos a legislação anti-discriminatória para acautelar tratamento equitativo em razão do sexo, raça, deficiência, idade, orientação sexual, religião ou convicções.

27. Propomos garantir tratamento equitativo para todos os cidadãos da UE sem discriminação quando circulam na União, fomentando o reconhecimento em todos os países UE de casamentos, uniões de facto e direitos parentais legalmente reconhecidos num dos Estados-Membros.

28. Preconizamos atribuir-se maior importância às regiões e autoridades locais em matéria de assuntos europeus, reflectindo o papel cada vez mais importante que têm na implementação das políticas europeias e promovendo a discussão das questões europeias ao nível

33

sub-nacional. Apoiamos o reconhecimento e o encorajamento da diversidade cultural e linguística da Europa, como sendo um dos seus mais valiosos trunfos e um elemento matriz da sua identidade.

Uma nova agenda europeia de reformas progressistas é essencial para construir uma Nova Europa Social, pensando mais nas pessoas.

**Nós podemos construir uma sociedade mais justa pensando nas pessoas primeiro.
Levemos a Europa para um novo rumo**

em Junho de 2009.

manifesto

34

03.

**Transformar a Europa
na força-líder global
face às alterações climáticas**

T

emos de enfrentar as alterações climáticas agora,

a bem dos nossos filhos e netos. Agir agora habilitará a Europa a liderar em termos globais, ao desenvolver novas tecnologias, eficientes e verdes, e ao reduzir o risco de futuras perdas de propriedade por motivos de alteração climática. Cruzar os braços colocará em risco a vida na Terra. A Europa deve, por isso, cortar a sua dependência do petróleo e carvão, e tomar a dianteira na consecução de um novo acordo global sobre o clima para o período pós-2012, no seguimento do Protocolo de Quioto.

Liderando com êxito as negociações internacionais para um acordo global sobre o clima:

29. A UE deve liderar as negociações internacionais na cimeira das Nações Unidas, em finais de 2009, com vista à consecução

35

de um acordo sobre um objectivo global de 30% de reduções de emissões até 2020. É nossa meta comum garantir que todas as economias desenvolvidas e emergentes, incluindo EUA, China e Índia, subscrevam tais objectivos. Empenhamo-nos numa abordagem global baseada na solidariedade, bem como em que sejam os países desenvolvidos a avançar primeiro.

30. Propomos aumentar o apoio da UE aos países em desenvolvimento, para se adaptarem e lutarem contra as mudanças climáticas. A UE deveria assegurar transferências maciças de tecnologia para garantir que estes países possam sair da pobreza e desenvolver-se economicamente sem agravar o aquecimento global. E já agora, acautelar que as próprias políticas da UE não contribuem para emissões mais elevadas de gases com efeito de estufa em países terceiros, graças a medidas que evitem o risco de deslocalização de indústrias de energia intensiva para certas partes do mundo, onde as normas ambientais são mais laxistas.

31. Seguindo as iniciativas levadas a cabo por governos sociais democratas e socialistas da Europa, a UE deveria liderar a criação de um fórum global de energia e desenvolvimento, reunindo todas as nações do mundo para se definir uma visão de longo prazo para a energia e para o desenvolvimento sustentável do nosso planeta.

Liderar pelo exemplo – uma política de energia e clima mais ambiciosa para a UE:

32. Propomos apresentar uma directiva completa da UE em matéria de clima para nos certificarmos que os objectivos e acções naqueles sectores ainda não abrangidos pela legislação existente - energia, agricultura, alimentação, construção e transporte – estejam combinados no sentido de permitir à União alcançar os seus objectivos gerais de emissões. Toda a restante legislação em matéria de clima deve também ser adaptada para ir ao encontro da meta 30% de redução de emissões.

Precisamos de agir em cada sector, se queremos reduzir eficazmente as emissões.

manifesto

manifesto

manifesto

36

33. Propomos desenvolver uma Política Europeia Comum da Energia assente na sustentabilidade, na segurança energética e independência, na diversidade das fontes de energia e na solidariedade entre os Estados-Membros em caso de crises energéticas. A UE deveria, por exemplo, aumentar o seu abastecimento de energia renovável tomando a dianteira na construção de uma Rede de Transmissão de Electricidade de Alta Voltagem para o transporte da energia eólica marítima do Noroeste da Europa e da energia solar da Europa Meridional e Norte de África.

34. Apoiaremos uma moderna Política Agrícola Comum que promova amplo desenvolvimento rural e valorize o papel fundamental dos agricultores, reconhecendo a importância da agricultura na protecção do ambiente, acautelando a qualidade alimentar e a segurança do abastecimento, preservando a paisagem, e protegendo o bem-estar animal e a fitossanidade. Os biocombustíveis podem ajudar a baixar o nível de emissões nos transportes, mas tal não deve acontecer à custa da produção alimentar europeia e global, da protecção ambiental e biodiversidade. A Directiva da UE sobre os biocombustíveis deveria ser revista no sentido de garantir o respeito deste princípio.

35. Cabe a cada Estado-Membro decidir se usa ou não a energia nuclear. Mas dada a importância da segurança nuclear para todos os países europeus, o controlo das centrais nucleares existentes e novas deveria ser coordenado a nível europeu.

Uma nova agenda europeia de reformas progressistas é essencial para liderar a luta contra as alterações climáticas.

Nós podemos construir uma sociedade mais justa pensando nas pessoas primeiro.

Levemos a Europa para um novo rumo em Junho de 2009.

04.

Defender a igualdade entre homens e mulheres na Europa

Progressos significativos têm sido registados na caminhada

para uma genuína igualdade entre homens e mulheres nos últimos anos, em grande medida graças aos esforços de socialistas, sociais-democratas e democratas progressistas em parceria com organizações de mulheres progressistas.

No entanto, estas desigualdades perduram: as mulheres ainda auferem, em média, pelo mesmo trabalho, 15% menos do que os homens; são as candidatas mais prováveis ao desemprego; são desencorajadas de entrar no mercado de trabalho devido à falta de empregos dignos; os seus empregos são mal pagos, de pouca qualidade ou a part-time.

Milhões de mulheres em todo o mundo ainda são exploradas e os seus direitos são violados, na forma de tráfico de seres humanos, violência doméstica e outros abusos.

Mais de meio século depois de terem ganho o direito a votarem e a serem eleitas, ainda são muito poucas as mulheres que, em toda a Europa, participam na vida política.

39

Em algumas partes da Europa, os homens quase não têm direito à licença parental quando nascem os seus filhos. As mulheres têm frequentemente de escolher entre ter filhos ou seguir a carreira profissional. As famílias sentem dificuldades em conciliar as suas responsabilidades profissionais e privadas. Nós podemos mudar isto : aqueles países europeus que mais fizeram em prol dos direitos e oportunidades para as mulheres dispõem agora da mais elevada proporção de mulheres na força laboral, e das mais elevadas taxas de natalidade. Nós temos feito uma campanha persistente, aos níveis local, regional e nacional, no sentido de se aumentar a oferta de serviços de apoio à infância.

Continuaremos a lutar contra os chavões sexistas e a acreditar que mais direitos e oportunidades para as mulheres se traduzem em maiores benefícios económicos, sociais e democráticos para todos os cidadãos da Europa.

Tornando a igualdade entre os sexos uma realidade para todos:

36. Propomos instituir uma Carta Europeia dos Direitos das Mulheres, para melhorar os seus direitos e oportunidades e para fomentar mecanismos que garantam a igualdade entre os sexos em todos os aspectos da vida social, económica e política.

37. Propomos introduzir direitos de licença parental melhorados para homens e mulheres em toda a Europa, fazendo jus aos mais elevados padrões existentes.

38. Defenderemos uma equitativa representação política de homens e mulheres em todos os órgãos de tomada de decisão a nível europeu. Defenderemos uma Comissão Europeia paritária e um Parlamento Europeu paritário, e reivindicaremos a criação de um Comissário Europeu para a Igualdade entre os Sexos.

39. Prestaremos apoio aos pais, para que possam conciliar as suas responsabilidades familiares e profissionais. Para isso propomos que os Estados-Membros atinjam a existente meta UE

manifesto

40

de 33% de cobertura de estruturas de apoio à infância para a faixa etária 0-3 anos, e de 90% de cobertura pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos, e que adoptem os objectivos qualitativos complementares UE nesta área.

40. Lideremos o combate para acabar com as diferenças salariais, que é vital para melhorar as condições de vida, lutar contra a pobreza e aumentar o crescimento económico.

41. Encorajaremos e apoiaremos as mulheres empresárias, cientistas e investigadoras proporcionando-lhes alargadas oportunidades.

42. Garantiremos e fomentaremos os direitos sexuais e de saúde reprodutiva das mulheres em toda a UE.

43. Propomos incrementar os esforços europeus para erradicar o tráfico para fins de exploração sexual, graças a uma cooperação policial e judicial mais estreita.

44. Propomos encorajar e apoiar a UE e Estados-Membros nos seus esforços para eliminar a violência doméstica e a violência contra as mulheres, incluindo aquela que é perpetrada contra mulheres de minorias étnicas, através de todos os adequados programas e fundos da UE.

Uma nova agenda europeia de reformas progressistas é essencial para continuar o trabalho que já começámos: incentivar e liderar iniciativas de igualdade entre os sexos que ajudam tanto as mulheres como os homens.

**Nós podemos construir uma sociedade mais justa pensando nas pessoas primeiro.
Levemos a Europa para um novo rumo em Junho de 2009.**

manifesto

05.

Desenvolver uma política europeia eficaz de migração

Os fluxos migratórios são um dos desafios-chave

com que se deparam os Estados-Membros da União Europeia. Nós, progressistas europeus estamos empenhados em tratar esta questão à luz dos nossos valores de justiça, democracia, direitos humanos e solidariedade.

Os desafios-chave incluem lutar contra a migração ilegal e o tráfico de seres humanos; asseverar uma política de asilo justa para aqueles que fogem da perseguição; alcançar uma migração legal, justa e responsável, baseada nas necessidades laborais da Europa e nos direitos dos migrantes; e permitir que os migrantes se integrem nas suas novas comunidades, usufruindo de iguais direitos e responsabilidades.

Nós compreendemos as preocupações dos cidadãos acerca da imigração. É também por isso que queremos reformas. A resposta não é guetos ou xenofobia, mas antes reformas genuínas que assegurem a integração; a luta contra a imigração e o trabalho ilegais; contra o tráfico de seres humanos; e também contribuirmos para uma vida melhor nos países mais pobres fora da Europa, evitando simultaneamente a fuga de cérebros dos países em desenvolvimento.

43

Gerindo a migração eficazmente:

45. Propomos instituir padrões comuns na imigração legal para a União Europeia, assentes na solidariedade e na partilha de responsabilidades, sempre respeitando as competências dos Estados-Membros neste domínio.

46. Propomos instituir uma Carta Europeia para a Integração dos Migrantes, baseada em direitos e responsabilidades iguais, e respeito mútuo, em estreita coordenação com as políticas que regem a admissão de migrantes. Queremos uma política de integração que institua um processo continuado para se alcançar cidadania e representação inclusivas, bem como direitos e deveres para todos os cidadãos. Especial atenção deve ser dada à integração das mulheres e da população europeia Roma. Propomos assim, aos níveis adequados - local, regional, nacional e europeu - ações de apoio à plena integração dos migrantes nas suas novas comunidades, tais como a formação

linguística ou cultural.

47. Propomos incrementar os esforços europeus para combater a imigração ilegal através de uma Política Comum de Controlo das Fronteiras Externas; para melhor cooperar na luta contra as redes de tráfico de seres humanos; e para celebrar acordos de parceria com países terceiros, incluindo procedimentos de readmissão.

48. Comprometemo-nos a reforçar a cooperação com países terceiros (incluindo procedimentos de readmissão) com vista a gerir a imigração mais eficazmente, outrossim promovendo o desenvolvimento económico e social desses países. Propomos aprofundar os mecanismos existentes, e criar novos, para obviar os efeitos nos países em desenvolvimento das perdas, em sectores-chave, de trabalhadores qualificados que migram para a UE.

44

49. Apoiamos um maior desenvolvimento do Sistema Comum Europeu de Asilo baseado em regras justas de asilo para aqueles que fogem da perseguição, nas regras internacionais de direitos humanos, bem como na partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros.

A cooperação europeia é essencial para uma política de migração eficaz. Isto só pode ser conseguido contando com uma forte maioria progressista na Europa.

Nós podemos construir uma sociedade mais justa pensando nas pessoas primeiro. Levemos a Europa para um novo rumo em Junho de 2009.

46

manifesto

06.

Reforçar a importância da Europa como parceiro para a paz, segurança e desenvolvimento



UE deve estar na linha da frente da promoção da paz

e do desenvolvimento social e económico em todo o mundo, uma vez que são baluartes da segurança da humanidade. Os cidadãos

ainda enfrentam ameaças no mundo incerto de hoje. Os Estados-Membros da UE têm de colaborar mais estreitamente entre si para garantir a segurança dos nossos países e populações. É nossa convicção que a Europa necessita de ter uma voz comum mais possante no mundo para amoldar um melhor futuro para os nossos cidadãos e para o planeta. Juntos temos de trabalhar em prol da paz e da parceria, para erradicar a pobreza, em solidariedade com os povos de todo o mundo.

47

A Europa já é um actor global activo, mas temos de aumentar a nossa influência e impacto através da coordenação das nossas posições e falando a uma só voz, tanto quanto possível. Fortalecer a função do Alto Representante UE para a Política Externa de Segurança Comum será um passo importante nesta direcção. Se falharmos, a UE e os seus Estados-Membros tornar-se-ão cada vez menos relevantes na política mundial. As actuais instituições de governação global já demonstraram estar mal adaptadas aos novos desafios globais. Por isso, no que toca às reformas de governação global, nós temos de estar na vanguarda – em parceria com a nova Administração Democrata dos EUA – na base de uma abordagem multilateral e de cooperação reforçada.

A UE tem de aumentar os seus esforços de resolução de conflitos, manutenção de paz e apoio humanitário em zonas de crise, e tem de desenvolver capacidades para apoiar os países saídos de crises civis ou ambientais. Temos de extirpar as causas dos conflitos e do terrorismo que assolam o mundo. A política de desenvolvimento dirigida aos países pobres e em desenvolvimento tem de possuir objectivos, tem de ser inovadora e assentar no envolvimento dos próprios beneficiários no terreno. Esta política deve, nomeadamente, apoiar a importante função das mulheres como motores de desenvolvimento nesses países, ao alargar, por exemplo, o acesso ao microcrédito.

Promovendo paz e segurança:

50. Propomos que a UE trabalhe cada vez mais a nível externo na prevenção de conflitos, resolução e gestão pós-crise, e que melhore, para tal, as capacidades conjuntas dos países europeus e a partilha das responsabilidades das missões de manutenção de paz em zonas de crises, no quadro das Nações Unidas.

51. Propomos o fortalecimento da cooperação policial, judicial e de segurança no combate ao tráfico de drogas, à criminalidade e ao terrorismo. O combate ao terrorismo deve ser uma prioridade máxima e necessita de ser mais reforçado enquanto objectivo UE, no respeito pelo Estado de Direito e sem comprometer as liberdades fundamentais. Continuaremos a promover uma política europeia

manifesto

48

comum nesta área, que inclui a plena implementação da estratégia europeia contraterrorismo e o apoio ao Representante Especial UE.

52. Propomos garantir a criação pela UE de instrumentos coerentes de prevenção de catástrofes.

53. Propomos aumentar os esforços europeus para apoiar o desarmamento internacional, incluindo o reforço dos acordos internacionais em matéria de controlo e não proliferação de

armas, e para tornar mais restritivo e transparente o Código de Conduta UE de exportação de armas. Queremos um mundo sem armas nucleares.

54. Propomos que a UE promova activamente uma Aliança de Civilizações através das Nações Unidas, intensificando o diálogo e a parceria entre povos e culturas como forma de aumentar a paz no mundo e a segurança.

55. Propomos incrementar a cooperação em matéria de defesa entre os Estados-Membros europeus, sem afectar as características individuais das políticas de defesa e segurança dos Estados-Membros. A nova iniciativa europeia de defesa deve ser desenvolvida em coordenação com a NATO.

56. Apoiamos a reforma das Nações Unidas, sobretudo a do Conselho de Segurança ONU, outrossim a revisão do processo de tomada de decisão, mandato e funcionamento da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial e dos bancos regionais, e do Fundo Monetário Internacional. A atribuição dos direitos de voto dentro do FMI tem de reflectir melhor os interesses dos países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres dentre eles.

57. Promoveremos junto das Nações Unidas a instauração uma moratória sobre a aplicação da pena de morte.

49

Promovendo a parceria:

58. É nossa convicção que o futuro dos Balcãs Ocidentais reside dentro da UE, cuja estabilidade gerará prosperidade e segurança. Congratulamo-nos com as negociações de adesão da Croácia à UE e apoiamos o início de tais negociações com todos os outros países dos Balcãs Ocidentais logo que todos os critérios sejam cumpridos. Estamos convictos que a UE deve respeitar os direitos fundamentais de todas as populações, bem assim apoiar a natureza pluricultural e pluriconfessional das sociedades europeias. Somos apoiantes de um processo aberto de negociações com a Turquia com vista à adesão UE, assente em critérios claros, e no qual tanto a Turquia como a UE devam cumprir os respectivos compromissos.

59. A estabilidade nos países vizinhos da UE é tão importante quanto o alargamento. Queremos fortalecer as parcerias de vizinhança da UE. Propomos a criação de uma União do Mar Negro e de uma Parceria Oriental para reforçar a cooperação com os nossos vizinhos a Leste. A UE tem igualmente de manter com a Rússia um diálogo estruturado, sobre questões que incluem a democracia, os direitos humanos, a segurança energética, e uma cooperação mais estreita, incluindo uma nova iniciativa regional para o Mar Báltico.

60. Continuaremos a apoiar o robustecimento das relações euro-mediterrânicas. A União para o Mediterrâneo é o instrumento e o enquadramento-chave para a promoção da democracia, do desenvolvimento económico e social, e dos direitos humanos. Além do mais, queremos que a UE desempenhe um papel activo na resolução do conflito no Médio Oriente, - visando para Israel e a Palestina a solução de dois Estados -, e

contribuindo para os esforços da comunidade internacional.

61. Propomos que a UE desenvolva as suas relações com o continente Latino-Americano no sentido de se criar uma parceria real e abrangente

50

manifesto

em todos os domínios pertinentes, e que apoie os seus processos de integração regional.

62. Continuaremos a construir uma forte parceria transatlântica com a nova liderança Democrata dos Estados Unidos da América.

63. A UE EU tem de aprofundar as suas relações com a China, encorajando melhorias em matéria de direitos humanos, normas sociais e ambientais, paralelamente a um aprofundamento das relações comerciais.

64. Apoiamos firmemente o estreitamento dos laços com a Índia, enquanto actor global emergente, baseados no respeito mútuo e no diálogo aberto.

65. Trabalharemos para plenamente implementar e consolidar a Estratégia África-UE no sentido do fortalecimento das nossas relações, do encontrar de soluções para desafios comuns, da celebração de Acordos de Parceria Económica, e do apoio ao desenvolvimento sustentável de África.

Erradicando a pobreza:

66. A nova legislatura 2009-2014 do Parlamento Europeu coincide praticamente com o período estipulado para se atingirem os Objectivos do Milénio 2015 das Nações Unidas. O progresso até agora tem-se registado sobretudo nas áreas de elevado crescimento da Ásia, nomeadamente na China. Enquanto isso, África continua a sofrer dos efeitos prejudiciais da pobreza extrema. A subida dos preços dos alimentos e dos combustíveis comprometem igualmente o progresso alcançado em muitos locais. Iremos usar este mandato parlamentar para dar um impulso aos esforços envidados para se alcançar ainda estes Objectivos no horizonte de 2015. É por essa razão que propomos colocar os objectivos internacionais de desenvolvimento no centro vital das políticas UE de ajuda, comércio, e reforma da governação global. São necessárias novas e inovadoras fontes de financiamento, além da necessária concretização dos existentes compromissos de ajuda UE (nomeadamente a atribuição de pelo menos 0.7%

51

do produto nacional bruto à política de desenvolvimento) de forma mais coordenada, eficiente e seguindo objectivos. Nós apoiamos a cooperação descentralizada na política europeia de desenvolvimento, incluindo a contribuição que pode ser dada pelas autoridades locais da Europa. Apoiaremos a instituição de um Corpo Voluntário Europeu de Ajuda Humanitária.

67. A UE tem de apoiar o sistema multilateral de comércio

orientado para o benefício dos países em desenvolvimento, na Ronda de Desenvolvimento de Doha da OMC, e tem de garantir uma distribuição mais equitativa das vantagens da abertura comercial, assim como garantir melhores padrões sociais e ambientais.

68. Propomos deitar mão à crise alimentar global trabalhando no sentido de nos precavermos de ulteriores especulações nos preços dos alimentos, e de fomentar a segurança alimentar através da elaboração de uma nova geração de políticas de ajudas e de produção agrícola.

69. Trabalharemos para assegurar que todos os acordos comerciais UE incluam adequadas e vinculativas cláusulas de direitos humanos, ambientais e sociais, e que todos os acordos comerciais celebrados com países em desenvolvimento – tais como os Acordos de Parceria Económica – sirvam como uma verdadeira ferramenta para o desenvolvimento económico e social dos países e regiões visados.

70. Trabalharemos para promover a expansão em toda a Europa de produtos provenientes do comércio equitativo. Sensibilizar e promover medidas de comércio equitativo encorajará o desenvolvimento sustentável e ajudará a garantir salários dignos nos países em desenvolvimento, contribuindo assim para a melhoria das vidas de milhões de pessoas em todo o mundo.

71. O trabalho digno tem de se converter num objectivo global no qual todos os países, instituições internacionais e organizações se empenhem. Esta nova agenda global tem de sustentar normas

manifesto

52

laborais essenciais, bem assim promover condições de trabalho dignas, salários adequados, segurança social, e reforçar o diálogo social.

Uma nova agenda europeia de reformas progressistas é essencial para realçar a importância da UE enquanto parceiro para a paz, segurança e desenvolvimento, a bem do nosso próprio desenvolvimento e segurança no futuro, em prol da solidariedade com os outros países e povos.

**Nós podemos construir uma sociedade mais justa pensando nas pessoas primeiro.
Levemos a Europa para um novo rumo em Junho de 2009.**

54

manifesto

Faça com que o seu voto conte na Europa em Junho de 2009

N

estas eleições europeias, o voto de cada cidadão vai contar.

Homens e mulheres em toda a Europa deparam-se com a escolha entre uma União Europeia progressista onde os Estados-Membros trabalham em conjunto para responder aos desafios que surgem, no interesse de todas as cidadãs da Europa, ou uma União Europeia conservadora que coloca o futuro dos nossos países e povos nas mãos do mercado.

Mas para introduzir as reformas progressistas de amplo alcance, que privilegiam as pessoas, antes de tudo, e que são essenciais para acautelar o futuro bem-estar dos cidadãos europeus e da sociedade no seu todo, nós precisamos de uma forte maioria progressista no Parlamento Europeu.

Nós, partidos socialistas, sociais-democratas, trabalhistas e democratas progressistas estamos a trabalhar para criar essa maioria, para concretizarmos o manifesto dos nossos cidadãos – as nossas seis prioridades de reforma para uma Europa progressista:

- 01. Relançar a economia e evitar novas crises financeiras**
- 02. Nova Europa Social – pensando mais nas pessoas**
- 03. Transformar a Europa na força líder global face às alterações climáticas**
- 04. Defender a igualdade entre os sexos na Europa**
- 05. Desenvolver uma efectiva política europeia de migração**
- 06. Reforçar o papel da Europa na parceria para a paz, segurança e desenvolvimento**

Ouvimos as pessoas graças à vasta consulta pública efectuada sobre as nossas prioridades. Queremos agora agir em relação àquilo que ouvimos, com base nas propostas alinhadas neste manifesto dos cidadãos. Juntos somos uma força para a mudança, e podemos fazer a diferença.

**Nós podemos construir uma sociedade mais justa
pensando nas pessoas primeiro.
Levemos a Europa para um novo
rumo em Junho de 2009.**

57

manifesto

Um grande Obrigado a todos os colaboradores PSE pelo seu inestimável apoio e entusiasmo, e por terem participado neste manifesto.

manifesto

59

elections2009.pes.org

60

O presente opúsculo pertence à colecção “Publicações PES”

Copyright 2009 PES

ISSN 2072-7305

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sob qualquer forma sem autorização escrita do editor.

Primeira edição em Janeiro 2009 pelas Publicações PES

Com o apoio financeiro do Parlamento Europeu

Partido Socialista Europeu

Rue du Trône, 98 – 1050 Bruxelas - Bélgica